SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

170

JAN-MAR 2017

FILIADO À CSP Conlutas CENTRAL SINDICAL E POPULAR

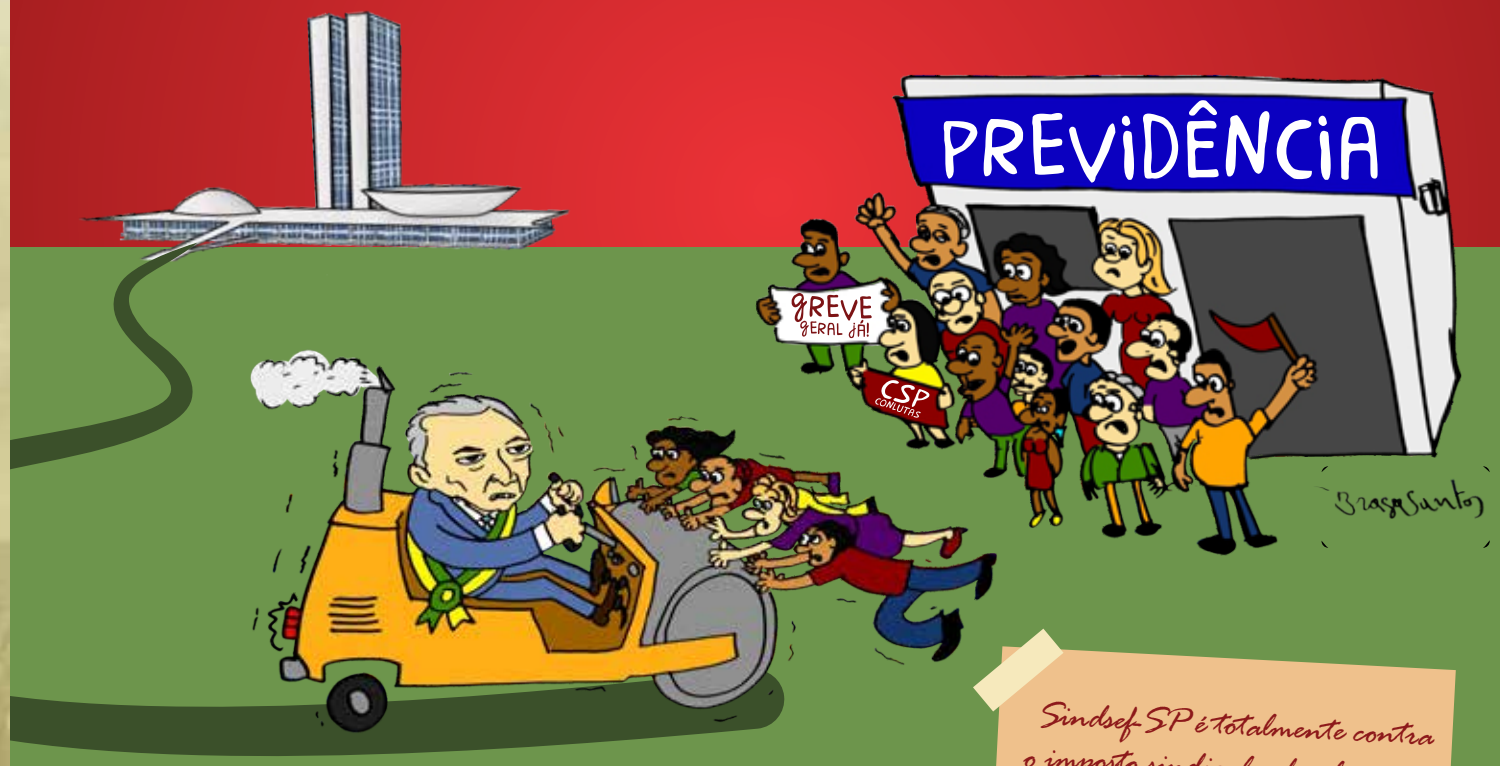
E À CONDSEF

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

NÃO VAMOS ACEITAR!

Pág. 03

GREVE GERAL, JÁ!



Anote aí! Assembleia Geral Estadual - 23/03, às 17h, na Rua Antônio de Godoy, 88 - 5º andar - Centro.

Sindsef-SP é totalmente contra o imposto sindical e devolverá o valor descontado aos servidores

Pág. 05

EDITORIAL
Unidade para barrar os ataques do Governo
Pág. 02

CAMPANHA SALARIAL
Entrevista com Saulo Arcangeli / Ato contra aumento da Geap
Págs. 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS
MT / APOSENTADOS
INCRA / IPEN / FUNDACENTRO
Págs. 06-07

ATIVIDADES
Dia da Mulher Trabalhadora / Dia de Combate ao Racismo / Dica Cultural
Pág. 08

EDITORIAL

Unidade para barrar os ataques do Governo

Estamos iniciando uma nova gestão no Sindsef-SP e estamos cientes dos enormes desafios que se apresentam para o conjunto da categoria.

Queremos fazer uma gestão democrática, combativa, e com forte participação da nossa base, fortalecendo nossas instâncias de decisões. Queremos mais reuniões nos locais de trabalho, maior participação do Conselho Deliberativo, maior frequência de assembleias locais, regionais e estaduais para envolver o maior número possível de servidores nas decisões mais importantes do sindicato.

Começamos a gestão já sob fortes ataques do governo: Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, desemprego, arrocho salarial, privatizações, entre outros. Em meio a tudo isto uma forte desmoralização das instituições do país, com sucessivos escândalos de corrupção envolvendo a maior parte dos políticos.

Temer está aprofundando a política de ajustes iniciada ainda no governo Dilma. Com isso, tentam jogar toda a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Na mira do governo estão os serviços públicos, que atendem a maioria da população, e, consequentemente, o funcionalismo.

Ao mesmo tempo em que atacam o povo mais humilde, os sucessivos governos mantêm os lucros escandalosos do sistema financeiro e os ganhos dos mais ricos, pagando as maiores taxas de juros do mundo!

Mas se trata de um governo fraco, sem base de apoio na população, e que, portanto, pode e deve ser tirado! Não podemos admitir que Temer, parte do estelionato eleitoral que foi o governo Dilma, que prometeu uma coisa e fez outra, e que é tão ou mais citado nos escândalos da Lava-Jato, entregue ainda mais o país aos interesses do "mercado".

Temos total acordo com as resoluções aprovadas na última plenária nacional da CSP-Conlutas: para barrar as reformas e os demais ataques de Temer é preciso construir uma forte Greve Geral. Para isso temos que exigir que as grandes centrais (em particular CUT e Força Sindical) assumam essa bandeira e mobilizem seus sindicatos de base.

Neste sentido, o dia 15/03, aprovado por todas as centrais, e também pelas entidades do funcionalismo, como um Dia Nacional de Paralisações e Lutas contra a Reforma da Previdência é de grande importância! Uma forte mobilização neste dia possibilitará que os trabalhadores avancem nas suas lutas contra os ataques do governo.

Esta diretoria fará todos os esforços no sentido de ajudar a construir as mobilizações nos órgãos. Apelamos a todos os servidores para que se envolvam na construção desta data com a perspectiva de que seja o início da nossa luta em defesa dos nossos direitos e dos nossos salários.

Estamos visitando vários órgãos, seja levando a palestra sobre a Reforma da Previdência ou realizando assembleias com diversos temas de interesse da categoria.

Também estamos discutindo os muitos problemas específicos sendo enfrentados pelos servidores, como aumentos abusivos nos planos de saúde, cortes em gratificações, e a mais completa degradação da infraestrutura em diversos órgãos, muitos sem condições mínimas de trabalho.

Teremos uma importante assembleia estadual no dia 23/3, quando discutiremos, entre outros temas, a relação com a Condsef, entidade que em nossa avaliação está completamente burocratizada. Discutiremos nesta assembleia se nos desfiliamos desta entidade com a tarefa de buscarmos outros sindicatos para a construção de uma federação democrática, que de fato represente os interesses dos servidores, ou se nos mantemos ainda filiados.

E como os ataques não param, o governo acaba de publicar no Diário Oficial da União (DOU), a Instrução Normativa nº 1, do Ministério do trabalho autorizando o recolhimento pelos órgãos federais, estaduais e municipais da Contribuição Sindical. Ou seja, vão querer descontar um dia do nosso salário para entregar aos sindicatos, federações e confederação, numa medida para atrelar ainda mais os sindicatos ao Estado, comprometendo a sua autonomia e independência. Somos contra esta "contribuição" pois acreditamos que o sindicato deve se sustentar com a contribuição voluntária dos seus associados. De nossa parte nos comprometemos a devolver aos servidores a parte que couber aos Sindsef-SP.

Enfim, teremos muitas atividades pela frente, muitas lutas e mobilizações, e só com a participação de todos poderemos fazer frente a estes e a outros desafios. Precisamos da participação de todos, em defesa do serviço público, em defesa dos nossos direitos.

Fora Temer, Fora Todos!!!

PRESTAÇÃO DE CONTAS	NOV/2016	DEZ/2016	JAN/2017
SALDO INICIAL	R$ 104.388,65	R$ 47.692,57	R$ 72.602,56
TOTAL DAS RECEITAS	R$ 197.290,73	R$ 382.860,33	R$ 228.989,23
DESPESAS			
ADMINISTRATIVO	R$ 18.053,97	R$ 24.887,25	R$ 28.017,68
FUNCIONÁRIOS	R$ 92.667,57	R$ 154.307,99	R$ 83.167,26
SINDICAL / CONGRESSO	R$ 76.039,12	R$ 50.689,71	R$ 29.852,36
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS	R$ 37.507,62	R$ 54.898,23	R$ 36.044,38
IMPRENSA	R$ 12.644,14	R$ 18.558,28	R$ 5.354,14
CORREIOS	R$ 3.372,04	R$ 27.997,60	R$ 271,40
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R$ 10.038,89	R$ 19.327,78	R$ 10.038,89
VEICULO	R$ 1.262,21	R$ 2.495,05	R$ 2.036,57
TELEFONES	R$ 2.401,25	R$ 4.788,45	R$ 4.003,33
TOTAL DAS DESPESAS	R$ 253.986,81	R$ 357.950,34	R$ 198.786,01
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R$ -56.696,08	R$ 24.909,99	R$ 30.203,22
SALDO FINAL	R$ 47.692,57	R$ 72.602,56	R$ 102.805,78

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6° andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: http//www.sindsef-sp.org.br | Facebook: sindsef-sp | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábia Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Forma Certa - Soluções gráficas personalizadas

Reforma da Previdência – Não vamos aceitar!

Greve Geral, Já!

A crise econômica se aprofunda sem perspectivas de recuperação a curto prazo. Em 2016, o país atingiu a marca de 12% de desempregados, o que significa cerca de 22 milhões de pessoas, a maioria jovens, mulheres e negros. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a cada 3 desempregados no mundo 1 é brasileiro. Da mesma forma, a dívida pública chegou a casa dos 4 trilhões e impacta severamente o país.

A crise afeta diversos municípios e Estados, provocando uma situação de calamidade para os trabalhadores, tanto para os que dependem dos serviços públicos quanto para servidores, que estão com salários atrasados, parcelados ou que deixaram de receber o décimo-terceiro. Considerando o desemprego, a inflação em alta e a carestia, principalmente dos alimentos e tarifas públicas, há um verdadeiro ataque às condições de vida da classe trabalhadora.

A crise política também se acentua, como se expressa na operação Lava Jato, produto da investigação dos processos de corrupção na Petrobrás e outras estatais, envolvendo grandes empresas, sobretudo empreiteiras, e a grande maioria dos partidos políticos.

O impeachment do governo Dilma e a posse de Temer - ainda que tais governos guardem diferenças entre si - não modificou a orientação política geral de ajuste fiscal e ataques aos trabalhadores, acentuando-os e aprofundando-os, a serviço de manter o pagamento da dívida, o superávit primário e jogar nas costas da classe a saída da crise. Há neste momento a aceleração das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e reformas políticas antidemocráticas que apontam na direção do radical desmonte dos direitos trabalhistas consagrados na CLT, dos direitos sociais da constituição de 1988.

Dentre os diversos projetos de lei em curso que atacam duramente os direitos dos trabalhadores, queremos destacar a Emenda Constitucional 95, em que o governo fixa um teto para as despesas primárias para os próximos vinte anos, o que na verdade implicará em uma progressiva diminuição de investimentos em saúde e educação ao longo dos anos e a PEC 287/2016 que impõe a contrarreforma da previdência, estabelecendo a idade da aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres; a unificação dos regimes público e privado e a contribuição previdenciária aumentada, entre outros elementos destruidores de direitos sociais dos/as trabalhadores/as. O governo também anunciou que pretende aprovar a reforma trabalhista no primeiro semestre de 2017. A derrubada dessas reformas deve ser nossa tarefa central.

Para equilibrar as contas, haveria outras alternativas possíveis ao ajuste fiscal promovido pelo governo, tais como: uma estrutura tributária progressiva, incidindo mais sobre os mais ricos; a criação do imposto sobre as grandes fortunas; o fim das isenções fiscais bilionárias aos grandes grupos econômicos, etc. Finalmente, é preciso realizar a auditoria cidadã da dívida pública (vetada pela presidente Dilma) e suspender o seu pagamento.

Apesar dos grandes ataques, os trabalhadores vêm mostrando que não estão derrotados e tem dado importantes demonstrações de disposição para lutar. Assim, foram organizadas expressivas manifestações em Brasília e nos estados ao longo do ano de 2016, com destaque para o dia 29 de novembro, quando foi realizada a maior manifestação dos últimos anos, o #OCUPABRASÍLIA, reunindo mais de 40 mil pessoas na Esplanada do Ministérios. Também foram organizados dias de luta que levaram várias categorias a paralisação, como metalúrgicos, rodoviários e trabalhadores do serviço público, além das várias ações e manifestações das mulheres e do povo negro. O aumento do número de greves nos últimos anos, desde 2012, tem demonstrado, também, o crescimento da disposição de luta dos trabalhadores.

A CSP-Conlutas, central a qual o Sindsef-SP é filiado, vem tendo um papel importante na luta de resistência. No último período, de forma acertada, tem se esforçado para construir a greve geral a partir da articulação com as direções das centrais sindicais, bem como construindo greves e mobilizações junto às bases das categorias. A Greve Geral hoje é uma necessidade premente para barrar os ataques do Governo. O Sindsef-SP tem essa compreensão e se soma aos esforços para sua realização.

Com informações da CSP-Conlutas

CAMPANHA SALARIAL

Campanha Salarial de 2017 tem como foco a luta

A Campanha Salarial Unificada 2017 foi o ponto principal das pautas das primeiras reuniões do Fórum Nacional de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) deste ano. A campanha foi lançada no dia 22/02, em Brasília, quando foi protocolada a pauta do setor nos órgãos do governo (Mpog e Casa Civil), Legislativo e Judiciário.

O último reajuste foi uma vitória da mobilização dos servidores que fizeram greves, atos e fortes mobilizações para derrotar a política de reajuste zero do governo Dilma, mas não repôs as perdas inflacionárias do período. Entidades como o Andes e o Sinasefe não assinaram os acordos, porque já tinham essa compreensão. Agora, a categoria, além de sofrer com a defasagem salarial em meio à crise econômica, está diante de uma reforma da previdência que, como parte do ajuste fiscal, acaba com a aposentadoria do serviço público e de todos os trabalhadores brasileiros.

Na entrevista a seguir, Saulo Arcangeli, servidor do judiciário federal e representante da CSP-Conlutas do Fórum, fala um pouco sobre a luta dos SPFs em 2017.

Reunião Ampliada do Fonasefe, em fevereiro de 2017

Foto: Andes SN

ENTREVISTA

Jornal do Sindsef-SP – *Em janeiro de 2017 os servidores receberam a última parcela do reajuste salarial definido no acordo feito com o governo em 2015. Qual a perspectiva da Campanha Salarial Unificada de 2017?*

Saulo Arcangeli – Diante deste cenário, a pauta da campanha salarial permanece. Em relação à pauta econômica, a exigência de uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, com a garantia da data-base anual, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e isonomia de benefícios e salários entre os poderes.

J.S. – *O que muda nesta campanha de 2017 em relação aos anos anteriores em termos de reivindicações?*

Saulo – Iremos reapresentar as pautas que não foram atendidas nas campanhas salariais anteriores, dividida em três eixos principais (negociação e política salarial, previdência, condições de trabalho e financiamento), dando, neste ano, uma centralidade na luta contra as Reformas da Previdência e Trabalhista.

> **Teremos novamente um ano de muitas lutas e resistência dos trabalhadores contra os ataques severos do governo Temer**

J.S. – *Como fica a campanha diante da aprovação da proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos por até 20 anos, a PEC 241 ou PEC 55, na Câmara e no Senado Federal?*

Saulo – A PEC 55 aprovada (Emenda Constitucional 95/2016) têm o intuito, além do corte nos investimentos na área social (saúde, educação, previdência, moradia), de evitar investimentos no serviço público e reajustes salariais e de benefícios aos servidores públicos federais, mas precisamos combater os seus reflexos a partir de 2017 e permanecer na luta pela pauta econômica (salário e demais benefícios). Inclusive, um dos pontos de pauta da Campanha Salarial 2017 é a revogação da EC 95/2016 e a Lei 156/2016. A Lei 156/16 (antigo PLP 257) também tem o intuito de limitar os investimentos em pessoal e fazer um ajuste fiscal nos estados para prejudicar os trabalhadores.

J.S. – *Após a aprovação da PEC 55, estão entre as prioridades da equipe econômica do Governo Temer a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Qual o posicionamento do Fonasefe em relação a estas reformas e como elas vão influenciar na Campanha do setor?*

Saulo – Como falei anteriormente, teremos como centralidade da campanha salarial 2017 o combate às contrarreformas da Previdência e Trabalhista. São propostas que atacam bastante os trabalhadores e a juventude de forma geral e necessitamos, por isso, criar comitês/fóruns estaduais para combatê-las em uma grande unidade dos servidores públicos (federais, estaduais, municipais), trabalhadores na iniciativa privada, juventude e movimentos sociais. Definimos na reunião ampliada uma comissão de comunicação para fazer a campanha de mídia contra as reformas, dentro da campanha salarial unifica de 2017.

J.S. – *Quais os primeiros passos do funcionalismo público federal para enfrentar os ataques do governo? Há um calendário de lutas definido?*

Saulo – Aprovamos um calendário de mobilização em fevereiro e março na perspectiva de construção da Greve Geral para poder parar a produção do país e barrar os ataques e as reformas do governo Temer:

08/03: Dia internacional de luta da mulher trabalhadora e Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência na perspectiva da construção da Greve Geral

15/03: Dia Nacional de Lutas com greves, paralisações e mobilizações, com fortalecimento da Campanha Salarial 2017 dos SPF´s nos estados, na perspectiva da construção da Greve Geral.

contra as reformas previdenciária e trabalhista

28/03: Caravana a Brasília (dia anunciado para o primeiro turno da votação da PEC 287 na Câmara dos Deputados)

Reunião Ampliada do Fonasefe: a definir na próxima reunião do Fonasefe, tendo como referência o dia 28 de março previsto para a votação da PEC 287

J.S. – *Um recado da CSP-Conlutas para os servidores.*

Saulo – Teremos novamente um ano de muitas lutas e resistência dos trabalhadores contra os ataques severos do governo Temer. Mas, nossa classe já tem respondido nas ruas que não vai aceitar retrocessos em seus direitos e vai buscar avançar em suas conquistas.

Precisamos neste momento fortalecer o calendário de mobilização e seguir firmes nos fóruns/comitês estaduais de combate às reformas, na perspectiva de construção da Greve Geral no país.

GEAP

Sindsef-SP prepara protesto contra o aumento abusivo

Os servidores públicos que utilizam o Plano de Saúde gerido pela Geap – Autogestão em Saúde, o maior plano de saúde que atende o funcionalismo, sofrem com mais um aumento abusivo e, para piorar, com a exclusão de centenas de procedimentos oferecidos pela operadora.

O reajuste exorbitante, de 23,44%, está muito além da capacidade de pagamento dos servidores, que tiveram aumento de 5% em 2016 e em 2017. Vale lembrar que os novos valores oneram somente os servidores, pois não são divididos com a União, já que a parte do governo não sofreu alteração.

Em reunião entre representantes dos trabalhadores e a diretoria da Geap, os altos gastos com publicidade foram questionados, pois são retiradas verbas que poderiam melhorar o atendimento, principalmente nas pequenas cidades do interior. Esta deveria ser a preocupação principal do plano.

Enquanto isso, uma grande maioria de servidores de menores salários, e maior idade, são obrigados a deixar o plano por não ter condições de pagar. O Sindsef-SP está construindo uma atividade, em conjunto com o Sinsprev, para denunciar o aumento abusivo e a má administração da Geap, evidenciadas nas dificuldades operacionais de gestão.

Ato contra o desmonte da Geap, realizado em 2013

Foto: Lara Tapety

Governo impõe o Imposto sindical ao funcionalismo.

Sindsef-SP é totalmente contra e devolverá o valor descontado aos servidores

Todos os servidores e empregados públicos do país terão que pagar a contribuição sindical obrigatória (conhecida como imposto sindical) por determinação do Ministério do Trabalho (MT), que publicou, no Diário Oficial da União (DOU), a Instrução Normativa nº 1, autorizando o recolhimento pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

Isso significa que todos teremos um dia de nossos salários a menos no contracheque, descontado compulsoriamente. Esta medida é mais um ataque aos servidores públicos que já acumulam grandes perdas nos últimos anos.

A diretoria do Sindsef-SP, coerente com nossa posição histórica, é categoricamente contra esta cobrança e defende que as entidades sindicais devem ser financiadas somente pela contribuição espontânea e voluntária dos associados. Dessa forma somente as entidades realmente comprometidas com suas categorias poderiam se manter. Este imposto sindical é um escárnio, surgido em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas, e tem como objetivo atrelar os sindicatos ao aparelho do Estado, comprometendo sua autonomia e independência frente aos patrões. Um grande número de sindicatos de fachada, totalmente pelegos, somente sobrevivem com a fortuna que acumulam com o imposto sindical.

Do total arrecadado, 60% vão para os sindicatos de origem, 15% para as federações, 5% para a confederações, 10% para as centrais, e 10% para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Nosso Departamento Jurídico está estudando medidas para tentar barrar este desconto, mas já adiantou que será muito difícil por haver decisão favorável ao mesmo no Supremo, Por isso o Sindsef-SP assume o compromisso de devolver, integralmente, aos servidores, assim que entrar em nossa conta, a parte que nos couber deste desconto. Para isso, aproveitaremos para atualizar os dados dos servidores, sócios ou não. Todos deverão preencher o formulário disponível no site www.sindsef-sp.org.br no qual, entre outros dados, informarão os dados da conta bancária para a devolução, e deverão enviar para o email:

financeiro@sindsef-sp.org.br

GIRO NOS ÓRGÃOS

MT

Assembleia define pauta de reivindicação do setor

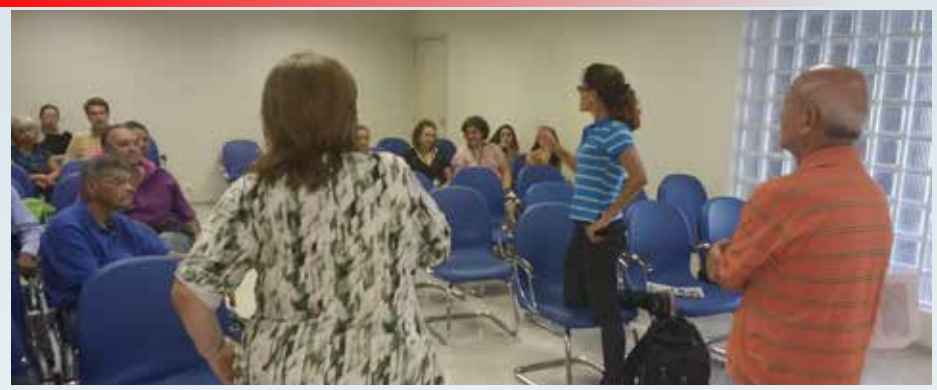


Foto: Fábia Corrêa

No dia 03 de fevereiro, servidores do Ministério do Trabalho realizaram assembleia estadual do setor visando debater questões específicas e também tratar de temas de interesse do conjunto dos trabalhadores.

O secretário geral do Sindsef-SP, Hidetoshi Takiishi, abriu a assembleia convidando os servidores para o Seminário Nacional Contra a Reforma da Previdência, que seria promovido pela CSP-Conlutas em 04 de fevereiro. Na sequência, os servidores iniciaram o debate específico do Ministério do Trabalho.

O objetivo desta primeira assembleia foi definir uma pauta de reivindicação e eleger uma comissão de servidores que, junto com o Sindsef-SP, buscasse respostas do superintendente às questões que seguem sem solução, como o agravamento do sucateamento e da falta de condições de trabalho existente no órgão.

Um exemplo deste sucateamento, é a suspensão dos contratos de manutenção predial, desde empresas de monitoramento até serviços básicos. "Se houver um curto circuito, não há quem cuide do problema", alertou uma servidora. Além disso, desde janeiro as câmeras de monitoramento estão sendo retiradas de todas as unidades do Ministério do Trabalho. Esta falta de segurança deixa trabalhadores e usuários desprotegidos.

A falta de pessoal e a sobrecarga de trabalho também foi amplamente debatida. O aumento do quadro de servidores e a realização de concurso público é uma das principais pautas do Ministério do Trabalho. Diante deste cenário, os presentes reivindicaram que o superintendente faça um levantamento da quantidade de servidores e seus respectivos departamentos para que o Sindicato possa realizar estudos a respeito da situação.

Para discutir as questões relacionadas às condições de trabalho, os participantes da assembleia propuseram a criação de uma comissão com a seguinte composição: chefias indicadas pelo Superintendente para compor a bancada do governo, e representantes eleitos pela categoria, para compor a bancada dos trabalhadores.

Os nomes escolhidos para representar os trabalhadores foram Antônio Carlos (Carlinhos), Beth Lima, Janaína Goes, Isa Miranda, Ismael Souza, Pedro Paulino, além de representantes da diretoria do Sindsef-SP.

Além destes temas, os servidores também debateram as reivindicações a seguir:

1. Garantia de negociação efetiva e de cumprimento de acordos assinados
2. Plano de Carreira dos Servidores do MT
3. Manutenção do regime de turno ininterrupto de 12 (doze) horas diárias, com turnos de 6 horas para os serviços de atendimento à população e 7 horas para os demais setores.
4. Agendamento seguro
5. Suspensão da instalação do REP (Registro Eletrônico de Ponto)
6. Condições de trabalho e necessidade do aumento do quadro de servidores e realização de concurso público
7. Falta de segurança nas unidades
8. Levantamento do quantitativo de servidores
9. Constituição de Grupo para discutir as condições de trabalho
10. Eleição e Renovação permanente das chefias, rodízio de FCT´s e gestão democrática
11. Remoção de servidores dentro do estado e mudança de localização de setor
12. Fim das metas de Processos Administrativos Disciplinares

A pauta foi aprovada pelos presentes em assembleia e, em março, foi protocolada pelo Sindsef-SP na Superintendência.

APOSENTADOS

Em ato, aposentados dizem não a reforma da Previdência

Com muita disposição para a luta, servidores aposentados e pensionistas ocuparam o vão livre do Masp, na Av. Paulista, e mostraram que não aceitarão a Reforma da Previdência planejada pelo governo. A atividade foi uma homenagem ao do Dia do Aposentado, celebrado em 24 de janeiro.

Os manifestantes carregavam faixas e bandeiras com mensagens contra a mudança na lei da aposentadoria e demais reformas. Os aposentados também cobraram direitos como a paridade e o fim dos reajustes abusivos dos planos de saúde.

O evento, realizado em 20 de janeiro, foi organizado pelo Sindsef-SP, Sinsprev e Sintrajud. Também participaram a Associação Democrática dos Metalúrgicos Aposentados e Pensionistas (Admap), a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), e a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Fenasps).

Ataques vem desde o governo Dilma

Os participantes enfatizaram que a atual reforma previdenciária faz parte de um conjunto de ataques aos direitos dos trabalhadores que começaram no Governo Dilma (PT), como as medidas que restringem o acesso ao seguro-desemprego e às pensões por morte (MPs 664 e 665).

Com a PEC 287, já encaminhada ao Congresso, está previsto o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e da cumulatividade de pensões, entre outros ataques, como lembrou a diretora da Secretaria de Aposentados do Sindsef-SP, Luzia Haiffig. "A reforma permitirá pensões por morte inferiores ao salário mínimo", comentou.

Unidade dos trabalhadores

O presidente da Admap, Lauro da Silva, criticou também a reforma trabalhista que, se aprovada, diminuirá ainda mais a arrecadação da Previdência. O dirigente observou que é mentira dizer que há um déficit na Previdência.

A diretora do Sintrajud Raquel Morel Gonzaga, servidora do TRE, afirmou que "temos de mostrar à população a farsa colocada pelo governo para [justificar] o desmonte da Previdência".

Os aposentados denunciaram a situação delicada dos jovens que estão entrando no mercado de trabalho. "Não sabemos se nossos filhos terão condições de se aposentar", declarou uma participante.

A luta contra a Reforma da Previdência unificará aposentados, pensionistas, estudantes e trabalhadores do setor público e da iniciativa privada em defesa das futuras aposentadorias.

IPEN

Servidores aprovaram estado de greve para protestar contra mudanças na concessão de adicionais ocupacionais

A divulgação da Orientação Normativa nº 4, criada pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Segrt/MP), surpreendeu os servidores do IPEN.

O texto prevê mudanças drásticas para concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas. Isso significa que os servidores da CNEN terão uma redução 20% nos salários já em março.

Logo no artigo 4, a ON estabelece que acumulação da gratificação de raio -X e de adicionais de irradiação ionizante fica proibida e passa a ter caráter transitório, enquanto durar a exposição. Outro aspecto relevante refere-se ao critério para a caracterização da frequência da exposição ao risco nos locais de trabalho e para os afastamentos considerados como de efetivo exercício para fim de concessão do direito.

Desta forma, segundo a ON, o adicional de irradiação ionizante somente poderá ser concedido aos Indivíduos Ocupacionalmente Expostos - IOE, que exerçam atividades em área controlada ou em área supervisionada.

A publicação surpreendeu e indignou os servidores. Em outubro de 2016, a direção da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) chamou as associações para uma reunião sobre esta pauta. Durante dois dias o texto do documento foi analisado e surgiram várias alterações. "O objetivo das associações foi manter todos os trabalhador da CNEN, independente do cargo e função recebendo a gratificação de irradiação ionizante", comentou Eduardo Wilson, diretor da Assipen e do Sindsef-SP que participou dessa reunião.

No entanto o texto que foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 23 de fevereiro, não contempla nenhuma das alterações propostas pelos servidores.

De acordo com a nova ON, para receber o adicional será necessário apresentar laudo técnico, emitido por comissão constituída especialmente para essa finalidade, conformes as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN. Porém, já existe um Laudo Técnico Pericial (Atos da Comissão Deliberativa - CNEN - Portaria 11 de 20/03/2001), que atesta que todos aqueles que trabalham nas dependências do Ipen correm riscos de contaminacão e altos níveis de exposição em caso de acidente envolvendo o Reator Nuclear.

O Sindsef-SP e Assipen já solicitaram que o departamento jurídico avalie a possiblidade uma ação judicial para suspender imediatamente os efeitos dessa Orientação Normativa. Também foi encaminhado um ofício pedindo uma reunião em caráter de urgência com a direção da CNEN.

Em assembleia, os servidores decidiram entrar estado de greve a partir de 02 de março, e paralisar as atividades no dia da reunião com a direção da CNEN.

Com informações: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

INCRA

Ato denuncia precariedade das condições de trabalho e segurança no Incra/SP

Um protesto na entrada do Incra/SP, nessa quarta-feira, 22 de Fevereiro, marcou o aniversário de um ano da invasão realizada pela Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) ao prédio da autarquia, com grave depredação de instalações e equipamentos. Os servidores denunciaram o aprofundamento do sucateamento do órgão e cobraram soluções efetivas para os problemas enfrentados no cotidiano.

Na época, a direção nacional da autarquia encaminhou uma equipe técnica à sede de São Paulo para elaborar um plano de ação emergencial visando reequipar o local. No entanto, de fevereiro de 2016 até hoje, pouco foi feito para garantir condições básicas de trabalho e segurança na superintendência.

Segundo relatos, em alguns setores é necessário fazer rodízio para utilizar os computadores. Em outros, equipamentos obsoletos dificultam a realização de tarefas simples. Essa precariedade, somada aos cortes no orçamentos e outras medidas que paralisam as atividades no órgão, impedem os trabalhadores de cumprirem as metas estabelecidas pela autarquia.

Foto: Fábia Corrêa

Os servidores também apontaram os prejuízos que os cortes no orçamento acarretam para a reforma agrária e o ordenamento territorial, inviabilizando os trabalhos e provocando efeitos desastrosos. Em 2016, o estado de São Paulo recebeu cerca de R$ 400 mil para regulamentação dos territórios quilombolas, agora, em 2017, o orçamento nacional previsto para o mesmo fim é de R$ 500 mil. Este é só um exemplo.

Após o protesto, um grupo de servidores foi recebido pelo superintendente substituto do Incra, Edson Alves Fernandes, para apresentar a pauta de reivindicação. Ele informou que já está tomando providências junto aos setores competentes para evitar a questão das metas e avaliação.

Sobre a situação do prédio e condições de trabalho, Fernandes alegou ter assinado autorização para licitação de empresa que elabore o projeto de reforma do edifício e disse estar se movimentando para garantir os recursos necessários para, pelo menos, iniciar as obras.

Os servidores enfatizaram que os problemas apresentados se arrastam há muitos anos e que a situação está insustentável. O superintendente substituto se comprometeu a realizar reuniões mensais com os trabalhadores com o objetivo de discutir demandas do servidores e/ou o planejamento geral do órgão.

FUNDACENTRO

Os servidores da Fundacentro foram surpreendidos com a proposta de reajuste da Unimed FESP, de 89,58%. A administração da Fundação enviou uma contraproposta, apontando um índice de correção de 20%, baseado nos reajustes praticados pela ANS (Agencia Nacional de Saúde Suplementar) no mesmo período. No entanto, a Unimed comunicou que não há interesse em renovar o contrato.

Tal posicionamento interrompe as negociações que estavam em andamento. Diante da rescisão, a Fundacentro solicitou que a Unimed Fesp mantenha os atendimentos durante 90 dias, conforme cláusula contratual, e que neste período não seja aplicado nenhum reajuste nas mensalidades.

Os servidores buscam uma negociação razoável junto a administradora do Plano de Saúde que atende os trabalhadores da autarquia, desde 2014, ano de renovação do contrato.

Diante dos altos índices de reajuste e das modificações na cobertura propostas pelo plano de saúde, a maioria dos servidores saiu do plano por não ter condições de arcar com os valores.

Este ano, o 08 de Março – Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora, será pautado, além do combate à violência e ao machismo, também pela luta contra a Reforma da Previdência e Trabalhista.

Mais uma vez as trabalhadoras estão sendo duramente atacadas pelas mudanças propostas na reforma da previdência, que institui, entre outras coisas, aumento de 10 anos na vida laboral, através de um mecanismo que iguala o tempo de serviço entre homens e mulheres, ignorando completamente a dupla jornada a que estão submetidas.

Os protestos deste ano, atendendo ao chamado da Greve Internacional de Mulheres feito pelas "Mulheres Contra Trump" dos Estados Unidos e o "Ni Una Menos" da Argentina, tendem a ser muito fortes e a ajudar a alavancar as lutas contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

O Sindsef-SP participa da concentração classista do 08 de Março, no vão do Masp, a partir das 16h.

Além disso, o Sindsef-SP apoia a realização da atividade "Mulheres do Incra Contra Todos os Tipos de Violência". O evento começa às 14h, com uma saudação das entidades que representam as trabalhadoras. Em seguida será exibido o documentário "De Volta Pra Casa", sobre violência doméstica, com depoimentos de homens presos pela Lei Maria da Penha, agentes da Justiça, mulheres agredidas e ativistas.

21/03 - Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial

Em 21 de março celebra-se o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. A data foi instituída para dar visibilidade aos atos de violência racistas praticados por instituições do Estado.

Como aconteceu na cidade de Shaperville, África do Sul, quando o exercito atirou contra uma manifestação pacifica de estudantes que combatiam o regime do Apartheid. A manifestação acabou com 69 pessoas mortas, e outras 186 feridas. O episódio ocorreu em 21 de março de 1960 e ficou conhecido como o "Massacre de Shaperville".

No Brasil, a violência racial faz inúmeras vitimas diariamente. Segundo levantamentos feitos pela CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens, divulgado em 2016, cerca de 23 mil jovens negros, entre 15 a 29 anos, são assassinados por ano no Brasil. São 63 por dia. Um a cada 23 minutos.

Oficina de Debate sobre racismo no Serviço Público realizada no Ipen, em novembro de 2013

Estudos apontam que um número significativo dessas mortes são cometidas pelo aparato da polícia militar. No estado de São Paulo, as mortes de jovens negros em decorrência de ações policiais são três vezes mais numerosas do que as registradas para a população branca. No Rio de Janeiro, quase 80% das vítimas de homicídios associados a intervenções da polícia são negros.

A responsabilidade do Estado, seja por ação ou omissão, é gritante. A situação tende a ficar ainda mais delicada com as propostas de reformas da previdência e trabalhista que estão sendo tocadas pelo governo. Estes projetos buscam acabar com direitos básicos dos trabalhadores para manter os privilégios dos grandes empresários. Certamente estas medidas afetarão em maior escala a população negra, que terá mais dificuldade para conseguir alcançar os requisitos para a aposentadoria seguindo as novas regras e se submeterá a condições degradantes de trabalho.

O Sindsef-SP promoverá um debate sobre o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, no dia 21 de março, às 14h, no Auditório do IPEN, Avenida Lineu Prestes, 2242, bloco A, Cidade Universitária.

DICA CULTURAL

Filme "Nós, Carolinas" questiona invisibilidade de moradoras das margens da cidade de São Paulo

O documentário "Nós, Carolinas" foi idealizado e realizado pelo coletivo Nós, mulheres da periferia, formado por comunicadoras que promovem narrativas sobre ser mulher nas margens da cidade de São Paulo.

Racismo, solidão, maternidade e a busca da autoestima são alguns dos temas levantados sobre as condições de ser mulher, negra e da periferia. As entrevistadas têm entre 18 e 93 anos.

Sinopse

Uma senhora cheia de memórias sobre o interior de São Paulo. Uma menina que se orgulha de seu cabelo black-power. Uma mulher que voltou a estudar depois dos 50 anos e uma arte-educadora que dribla o tempo para conciliar maternidade e sua vida pessoal. Todas elas unidas por uma mesma geografia: a periferia da cidade de São Paulo. "Nós, Carolinas" traz as vivências e vozes de quatro mulheres que moram em diferentes bairros: Parque Santo Antônio, zona Sul; Jova Rural, zona norte; Perus, região noroeste e Guaianases, na zona leste. Joana Ferreira, Carolina Augusta, Renata Ellen Soares e Tarcila Pinheiro falam o que é ser mulher da periferia em cotidianos particulares, mas conectados pelo recorte de classe, raça e de gênero.

Exibições – Pré-estreia

08/03, às 19h - Local: Galeria Olido – Av. São João, 473 – Centro, São Paulo

11/03 – Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes – Cidade Tiradentes

16/03 – CIEJA Campo Limpo – Parque Santo Antônio

18/03 – Biblioteca Cora Coralina – Guaianases

24/03 – Biblioteca Padre José de Anchieta – Perus